

Especificação	Valores a Preços Constantes - dezembro/2008 - IPCA										
	2006	2007	Var %	2008	Var %	2009	Var %	2010	Var %	2011	Var %
Receita Total	7.888.279	8.717.451	10,51	10.063.544	15,44	10.270.694	2,06	10.725.035	4,42	11.168.829	4,14
Receitas Não Financeiras (I)	7.509.833	8.483.220	11,296	9.640.270	13,64	9.900.494	2,70	10.387.158	4,92	10.919.741	5,13
Despesa Total	7.843.410	8.348.879	6,44	10.063.544	20,54	10.270.694	2,06	10.725.035	4,42	11.168.829	4,14
Despesas Não Financeiras (II)	7.578.640	8.076.157	6,56	9.610.544	19,00	9.853.203	2,52	10.317.625	4,71	10.786.764	4,55
Resultado Primário (I-II)	-68.808	407.063	(691,60)	29.726	(92,70)	47.291	59,09	69.533	47,03	132.977	91,24
Resultado Nominal	163.817	(334.029)	(303,90)	210.226	(162,94)	78.761	(62,54)	(199.715)	(353,57)	(230.021)	15,17
Dívida Pública Consolidada	3.052.865	2.883.678	(5,54)	2.733.111	(5,22)	2.744.542	0,42	2.493.742	(9,14)	2.217.536	(11,08)
Dívida Consolidada Líquida	2.053.604	1.719.574	16,27	1.929.801	112,23	2.008.561	4,08	1.808.846	(9,94)	1.578.825	(12,72)

Fonte: SEPOF / DICONF- GEFIS

Nota: Valores constantes a preços de dezembro/2008 - IPCA
A análise da situação fiscal do Estado, tanto pelo fluxo de entrada e saída de recursos, como pela ótica do endividamento, evidencia de forma clara, que o descompasso fiscal ocorrido em 2006, foi apenas conjuntural.

Do lado do ingresso dos recursos, as receitas estaduais continuam apresentando condições favoráveis de crescimento, com destaque para o desempenho das receitas próprias, que têm levado o Estado do Pará a cada exercício, diminuído seu grau de dependência dos recursos transferidos pela União.

Quanto aos gastos públicos, o tesouro estadual vem aprimorando ainda mais o controle e a racionalidade nos dispêndios públicos, procurando executá-los no mesmo nível e tempestividade do ingresso dos recursos. Assim a concatenação desses elementos foi fundamental para que a situação fiscal de 2006 fosse rapidamente revertida em 2007.

Pela ótica da dívida pública, mesmo diante da situação fiscal adversa em 2006, o E

Estado do Pará continuou honrando seus compromissos com as instituições financeiras, não acumulando qualquer resíduo para pagamento futuro, estando entre os estados brasileiros com menor grau de endividamento.

As informações constantes no **Demonstrativo III** permitem constatar que o resultado de 2006, não será repetido e que o Pará continuará a buscar a manutenção do equilíbrio fiscal de suas finanças.

Prevê-se que no final no período em análise, 2011, ingressarão no tesouro estadual recurso não financeiros na ordem de R\$ 12,432 bilhões, superior em 60,17%, quando ao comparado ao exercício de 2007 e 26,36% em relação ao ano em curso. As despesas não financeiras deverão acompanhar a mesma trajetória, entretanto, em magnitude suficiente para que sejam gerados resultados primários capazes de suportar o pagamento do serviço da dívida pública.

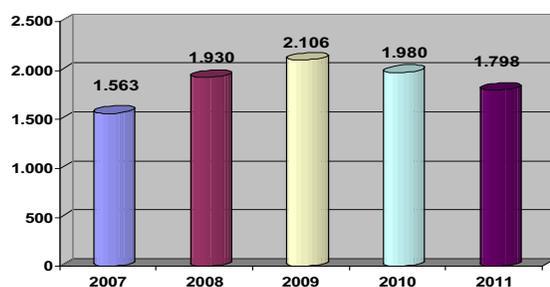
Assim, ao longo do período 2008/2011, o tesouro estadual deverá gerar superávits primários crescente, saindo de R\$ 29,7 milhões em 2008 para R\$ 151,397 milhões em 2011, o que é plenamente factível uma vez que em exercícios anteriores, as exceções apenas de 2006, já foram alcançadas superávits bem superiores a esse montante.

A exigência de resultados primários crescentes nesse período é justificada pela previsão de expressiva captação de recursos de operações de crédito, que entre os exercícios de 2008 e 2011, deverá registrar um montante de R\$ 1,107 bilhão, sendo que cerca de 58,06% desses recursos deverão ingressar no biênio 2008/2009.

O comportamento do fluxo dessas operações de crédito deverá produzir duas diferentes trajetórias para o endividamento público no período 2008 a 2011. A primeira crescente, no biênio 2008/2009, onde se prevê 58,06% do total das operações de crédito ingressarão nesse período; a outra, nos dois anos seguintes, onde a dívida líquida do estado deverá apresentar comportamento declinante, ocasionado pela diminuição do nível de ingressos recursos financiados, como também, já terão terminado o prazo de carência e iniciado as amortizações das operações recebidas no biênio anterior.

Dívida Fiscal Líquida – 2007 a 2011

R\$ milhões

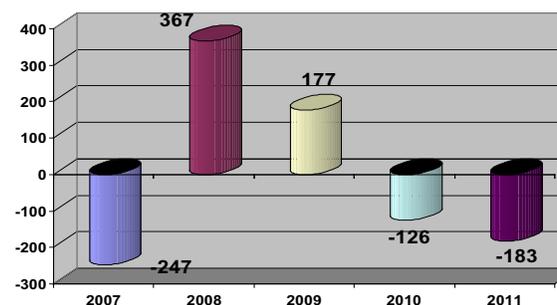


Fonte: 2007 – Balanço Geral do Estado, demais anos, projeção.

Essa dinâmica do estoque líquido da dívida é expresso pelo comportamento dos resultados nominais, onde, no período 2008/2009 são registrados resultados positivos, de R\$ 366,7 milhões e R\$ 176,6 milhões, respectivamente, enquanto no biênio seguinte esses resultados já registram valores negativos de R\$ 126 milhões e R\$ 183 milhões.

Resultado Nominal – 2007 a 2011

R\$ milhões



Fonte: 2007 – Balanço Geral do Estado, demais anos, projeção.

A Evolução do Patrimônio Líquido do Governo do Estado vem apresentando desempenho positivo, conforme pode ser constatado no **Demonstrativo IV** que contém os valores correspondentes ao triênio 2005 – 2007. Esta evolução apresenta uma taxa de

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2009

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio/Capital	3.730.158	85,14	3.433.347	93,33	2.770.625	81,93
Reservas	28.272	0,65	28.605	0,78	33.316	0,99
Resultado Acumulado	(80.204)	(1,83)	(80.204)	(2,18)	(80.209)	(2,38)
Déficit ou Superávit do Exercício	702.841	16,04	296.810	8,07	658.017	19,46
TOTAL	4.381.067	100,00	3.678.559	100,00	3.381.749	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio/Capital	(1.150)	(0,85)	(171.450)	14.906,04	62.004	(36,16)
Reservas						
Resultado Acumulado						
Déficit ou Superávit do Exercício	136.301	100,85	170.299	(14.806,04)	(233.454)	136,16
TOTAL	135.151	100,00	(1.150)	100,00	(171.450)	100,00

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

crescimento de 8,78% em 2006 e 29,55% em 2007 quando é comparado com o exercício de 2005. Esse desempenho positivo deve-se aos seguintes fatores:

- 1) As Variações Ativas foram superiores às Variações Passivas, apurando-se um resultado patrimonial ou econômico superavitário;
- 2) O resultado orçamentário positivo no montante de R\$ 310,2 milhões;
- 3) As Mutações Ativas Orçamentárias foram superiores as Mutações Passivas no montante de R\$ 764,7 milhões;
- 4) Os acréscimos Patrimoniais foram inferiores, aos Decréscimos Patrimoniais, total de R\$ 372,1 milhões.

Analisando os principais itens de ativo e passivo que alteraram para mais ou menos o patrimônio líquido, entre o exercício

de 2007 comparados com os dois anteriores, destacamos, no ativo financeiro: o disponível, excluindo o valor pertencente ao regime próprio de previdência, apresentou uma variação positiva na ordem de R\$ 274,3 milhões; assim como o estoque da dívida ativa que também cresceu, em valores nominais, na ordem de R\$ 78,6 milhões de 2006 para 2007; e o ativo permanente obteve variação positiva na ordem de 9% entre 2005 e 2006, e 15% entre 2005 e 2007. No passivo financeiro observa-se em 2007 um aumento na conta de restos a pagar processados, já em 2006 houve uma redução em comparação ao exercício de 2005.

No passivo não financeiro nota-se, no exercício de 2007, uma redução de 4,45% em comparação a 2006. Em 2006, ocorreu um acréscimo na ordem de R\$ 104,4 milhões no saldo da dívida fundada interna em relação ao ano de 2005, isso ocorreu devido à entrada de recursos provenientes de operações de créditos